



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

# ACTIVIDADE EM PLENÁRIO

## Informação Nº 02/IX-4º (2008/2009)

Para efeitos de acompanhamento e apreciação pelos Cidadãos, Instituições, Entidades e Organizações, da actividade em Plenário da Assembleia Municipal, informo que este Órgão Autárquico realizou nos passados dias 18, 19 e 22 de Dezembro a Sessão referente ao mês de Dezembro de 2008, em que foi apreciada a Actividade Municipal, debatido o Plano de Mobilidade - Acessibilidades XXI e por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, aprovadas as seguintes deliberações:

### DELIBERAÇÕES

#### 01 - Em Defesa do Sector Público da Construção Naval e dos Direitos dos Trabalhadores do

##### Arsenal do Alfeite

Neste mandato autárquico a Assembleia Municipal de Almada, por diversas vezes, tomou posições em defesa do Arsenal do Alfeite, nomeadamente na manutenção do carácter público deste estaleiro naval de apoio à Marinha Portuguesa.

Apesar disto, lamentavelmente o governo no passado dia 25 de Novembro, anunciou a criação da empresa Arsenal do Alfeite, Sociedade Anónima, empresa tutelada pela EMPORDEF. É



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

mais uma medida no sentido da desresponsabilização do Estado em sectores decisivos e estratégicos para o desenvolvimento do País, a defesa e soberania nacionais.

Sob o argumento do desajustamento estrutural do Arsenal, da necessidade de modernização e requalificação, entrega ao sector privado um estabelecimento industrial público, com enormes potencialidades técnicas e humanas, cuja credenciação e qualidade dos trabalhos executados é reconhecida internacionalmente, e que desde sempre esteve e está vocacionado para servir a Marinha Portuguesa e Portugal. Esta é uma opção errada e lesiva dos interesses nacionais.

O Governo optou pela:

- Extinção da empresa Arsenal do Alfeite e criação da empresa Arsenal do Alfeite, SA., com capitais exclusivamente públicos, no âmbito da EMPORDEF (Empresa Portuguesa de Defesa SGPS AS — holding da indústria de defesa);
- Redução dos efectivos que “em estimativa” poderão atingir 400 trabalhadores;
- Extinção do vínculo com a Administração Pública restando assim aos trabalhadores 3 hipóteses: a celebração de contrato individual de trabalho com a nova empresa, a ocupação de vagas disponíveis no quadro civil da Marinha ou na Administração Pública (o que ninguém garante) ou ainda a integração na mobilidade especial.

Não houve anteriormente qualquer reunião, diálogo ou negociação com os órgãos representativos dos trabalhadores (Comissão de Trabalhadores e Sindicatos), contrariando e desprezando os mais elementares direitos constitucionais e democráticos.



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

- a) Expressar a sua solidariedade na luta pela defesa dos seus postos de trabalho e dos mais elementares direitos constitucionais e democráticos;
  - por um Arsenal Público, pela salvaguarda da Economia Nacional e da dignidade de quem trabalha.
  
- b) Reclamar o investimento por parte do Estado com vista à recuperação das infra-estruturas e equipamentos, à modernização tecnológica para o cumprimento de todos os trabalhos a desenvolver pelo estaleiro integrado na Marinha;
  - Melhorar a formação profissional e a valorização dos trabalhadores
  - Apostar em novos projectos e construção de lanchas rápidas, patrulhas e navio de combate à poluição e na manutenção e reparação da frota existente;
  - A confirmação do vínculo público de todos os trabalhadores.

#### 02 - Sobre a Entrada em Funcionamento do MST e o seu Futuro Desenvolvimento

No passado dia 26 de Novembro foi inaugurada a linha Cova da Piedade/Cacilhas do Metro Sul do Tejo, concluindo-se assim a primeira fase de implementação do MST.

Com esta obra Almada sofreu uma transformação profunda e hoje é uma cidade onde, em consequência da requalificação urbana associada ao espaço canal do metro, se vive e respira o que de melhor a urbanidade pode oferecer aos cidadãos. Os almadenses reapropriaram-se de espaço público da sua cidade, uma cidade requalificada, onde a rua deixou de ser apenas um local de passagem e passou a ser também um lugar para estar. Mas fundamentalmente, com a



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

entrada em funcionamento do metro, os almadenses passaram a dispor de um meio de transporte rápido, confortável, energeticamente eficiente e amigo do ambiente.

Esta realidade que os almadenses vivem actualmente, e que a muitos levantou duvidas, não surgiu por mero acaso, foi uma luta de duas décadas e a concretização do projecto do MST é fruto de um longo trabalho de persistência do Poder Local Democrático.

O período de implementação no terreno foi difícil e complicado para os almadenses e hoje verificando-se ainda algumas situações de obra para resolver, o resultado final é nitidamente compensador face aos contratemplos entretanto vividos.

Tendo o Governo decidido pela localização do Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete, a Terceira Travessia do Tejo Barreiro-Chelas, concretização da Plataforma Logística no Poceirão e o desenvolvimento do Projecto do Arco Ribeirinho Sul, projectos há muito considerados estruturantes pelo PEDEPES e potenciadores do desenvolvimento integrado e sustentável da Península de Setúbal, é tempo de construir o futuro, tomando-se ainda mais premente a necessidade de alargamento da rede do MST.

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

1º Saudar a inauguração do último troço da primeira fase do MST e a sua entrada em funcionamento;

2º Apelar ao Governo para que considere a inclusão da rede do MST na estrutura global dos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, integrando o tarifário do MST no passe social da AML, sem custos adicionais para os utentes;



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

3º Apelar ao Governo para que rapidamente diligencie e concretize da extensão do Metro Sul do Tejo ao Fogueteiro, Seixal e Barreiro;

4º Apelar ao Governo para que rapidamente diligencie e concretize o prolongamento da linha o MST às freguesias da Costa da Caparica e Trafaria, de acordo com o já previsto no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica e dos Planos de Pormenor em desenvolvimento para a Trafaria.

5º Apelar ao Governo para que considere o prolongamento da linha do MST à Zona de Almada Nascente, de acordo com o previsto neste projecto.

6º Apelar ao Governo para que considere a elaboração de estudo tendo em vista a expansão da rede do MST às Freguesias da Charneca de Caparica e da Sobreda.

### 03 - Sobre os Transportes Colectivos Rodoviários

É indispensável um sistema de transportes colectivos eficiente, com uma oferta diversificada e abrangente, um sistema tarifário socialmente justo e aceite por todos os operadores. Isto é, políticas e práticas coerentes de apoio à intermodalidade e eficiência dos transportes públicos colectivos de passageiros.

Tal como acontece na Área Metropolitana de Lisboa - A.M.L. também no concelho de Almada, a ausência e supressão de carreiras em muitas zonas do concelho, obriga a verdadeiros "recolher obrigatórios" das populações.

Os TST ao não proporcionar uma oferta adequada às necessidades das populações e utentes das freguesias do nosso concelho, têm contribuído para aumentar a utilização do transporte individual, com todos os custos energéticos, ambientais, políticos e sociais associados. Existem



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

mesmo situações, como por exemplo na freguesia da Sobreda, em que a carreira que serve o centro de saúde não abrange todas as áreas da freguesia ou ainda o caso da ligação Pêra/Trataria por considerarem que não é rentável, assim como zonas da Freguesia da Charneca de Caparica, nomeadamente Vale de Cavala, Aroeira e Quintinhas.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada deliberou:

Apelar ao Governo que intervenha junto dos TST designadamente através do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres - IMTT no sentido de promover uma resposta adequada às necessidades das populações e dos utentes, com maior cobertura horária e maior frequência de circulação.

#### 04 - De Exigência de Direitos Iguais para Todos

18 de Dezembro é o Dia Internacional do Migrante. A este propósito, o director-geral da Organização Internacional de Migrações, sustentou que “seria contraproducente que os Governos dos países desenvolvidos fechassem as suas portas aos migrantes”, até porque “os países desenvolvidos continuarão a precisar dos imigrantes, entre outros motivos devido à sua estrutura demográfica”.

Num comunicado subscrito por diversas associações portuguesas, entre as quais o SOS Racismo e a Solidariedade Imigrante, é feito o alerta para “a precariedade da situação em que se encontram largos milhares de imigrantes em Portugal e para o desrespeito institucionalizado pelos Direitos Humanos, cada vez mais patente nas políticas europeias anti-imigração”.

No entender destas associações, o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo (“Pacto Sarkozy”), bem como a “Directiva da Vergonha”, remetem para a clandestinidade os cerca de 8 milhões de



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

indocumentados que vivem e trabalham na Europa e representam um “passo gigante no sentido da criminalização e expulsão dos indocumentados”.

A Lei portuguesa da Imigração, em vigor desde Julho do ano passado, deixa milhares de pessoas à margem da sua justa regularização e aumenta o poder discricionário do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Esta Lei cria vários becos sem saída, a saber: é necessário apresentar um contrato de trabalho prévio para que o imigrante obtenha autorização para entrar no país. Ora, qual é o empregador que vai oferecer emprego a um/a imigrante antes de o/a conhecer? Depois de estar em Portugal, é necessário ter trabalho para ter direito a residência, mas é preciso residência para trabalhar!

Dizem-nos que, com a crise, é necessário proteger os postos de trabalho dos nacionais. Mas a verdade é que a manutenção dos imigrantes na clandestinidade alimenta bolsas de trabalhadores/as desprotegidos perante a exploração laboral e aumenta a exclusão social.

A Assembleia Municipal de Almada, no Dia Internacional do Migrante, reivindica direitos e tratamento digno para todas as pessoas, independentemente do lugar onde tenham nascido.

#### 05 - Sobre os Acessos ao Porto Brandão - Freguesia da Caparica

A recente realização de um simulacro de sismo de grande intensidade, concretizado no final do mês de Novembro, planeado e organizado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e envolvendo os agentes de protecção civil dos Distritos de Setúbal, Lisboa e Santarém, visou testar a operacionalidade do Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, e abrangeu diversas áreas do Concelho de



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Almada, tendo a zona do Porto Brandão sido escolhida como cenário de uma das operações de socorro e auxílio simuladas neste âmbito.

Considerando a avaliação dos resultados do simulacro tornada pública pelos seus diferentes responsáveis, colocam em evidência “a necessidade de encontrar alternativas à única via de acesso ao Porto Brandão” hoje existente.

Considerando que a área em causa se integra na jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Considerando que a existência de uma única via de acesso ao Porto Brandão, bem como as características de utilização pesada que revela, constitui para além de um elevadíssimo risco potencial, e não negligenciável, em situação de catástrofe natural ou provocada, um factor de perturbação muito grave da qualidade de vida dos cidadãos que residem e trabalham na área considerada, e da própria actividade económica aí desenvolvida.

Com o objectivo de dotar a área do Porto Brandão de novos acessos, foram celebrados em 30 de Setembro de 1999 dois protocolos de colaboração, o primeiro entre a Câmara Municipal e a Administração do Porto de Lisboa, e o segundo entre aquelas entidades e as empresas petrolíferas detentoras de instalações naquela área - Shell, Petrogal e ETC.

Considerando que nos termos do Protocolo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa, entre outras matérias que visam a “valorização e requalificação das margens ribeirinhas do Estuário do Tejo sob jurisdição da APL compreendidas na área do Município de Almada” (artigo 1º, nº 1 do Protocolo CMA/APL), se considera como área de intervenção objecto daquele Protocolo a Frente Ribeirinha de Porto





## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Brandão, a construção do acesso marginal entre a Banática e o Porto Brandão, e da estrada de acesso à ETC a partir da estrada nacional 377-1 em Costas de Cão (artigo 3º, alínea d) do Protocolo), assim como assegurem a circulação de pessoas na margem para acesso às águas” (artigo 4º, ponto 1.4 do Protocolo).

Considerando que passados mais de nove anos sobre a celebração dos Protocolos de Colaboração em referência, a matéria objecto de acordo de entendimento entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa relativa à dotação da área do Porto Brandão de vias de circulação alternativas à única actualmente existente não teve qualquer desenvolvimento.

A Assembleia Municipal deliberou:

1. Reiterar a necessidade urgente de construção das vias de acesso alternativas ao Porto Brandão consignadas no articulado dos Protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa e entre estas entidades e as empresas petrolíferas proprietárias de instalações industriais naquela zona do Concelho de Almada.
2. Exigir ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que exerça e faça exercer as competências próprias definidas por lei à Administração do Porto de Lisboa, entidade que tutela, no sentido de assegurar com a urgência que a situação actual aconselha, a execução do acordo celebrado em 30 de Setembro de 1999 entre aquela Administração portuária e a Câmara Municipal de Almada.



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### 06 - Sobre a Interrupções no Fornecimento de Energia Eléctrica na Freguesia da Trafaria -

##### 2ª Torrão

Munícipes - moradores do Bairro do 2º Torrão, na Freguesia da Trafaria, deram conta à Assembleia Municipal do facto de existirem cortes e interrupções no fornecimento de energia eléctrica às suas habitações, apesar de estarem em vigor os respectivos contratos domésticos, e do serviço em questão continuar a ser pago regularmente ao operador EDP.

Considerando tratar-se de uma situação com contornos e impactos evidentes para a população afectada no seu dia-a-dia, tendo sido transmitido de viva voz um testemunho de alerta e preocupação pela própria segurança de pessoas e bens;

Considerando o disposto na Lei nº 12/2008, de 26 de Fevereiro (que altera a Lei dos serviços públicos essenciais), que determina que o ónus da prova sobre as obrigações e diligências a cargo dos prestadores de serviços deve incidir sobre estas mesmas empresas;

Considerando a informação prestada à Assembleia Municipal por parte deste cidadãos, quanto à ocorrência de prejuízos materiais e outros resultantes de avarias causadas em electrodomésticos pelo corte de energia;

A Assembleia Municipal de Almada, na sequência do testemunho e do apelo transmitido pelos munícipes, deliberou:

- 1 - Manifestar a sua preocupação perante os factos relatados quanto aos cortes de fornecimento de energia eléctrica a vários consumidores domésticos, moradores no Bairro do 2º Torrão, na Freguesia da Trafaria;



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2 - Pronunciar-se pela necessidade de uma intervenção das entidades competentes nesta matéria designadamente a EDP, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e o Ministério da Economia/Direcção Geral de Geologia e Energia, no sentido de ser clarificada, atendida e resolvida esta situação de transtorno para as populações.

#### 07 - Em Apreciação dos Pareceres do Conselho de Segurança

A Assembleia Municipal de Almada apreciou os Pareceres elaborados pelo Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada sobre a situação do Município em áreas tão importantes como a Segurança dos Cidadãos, o Combate à Criminalidade e à Exclusão Social, a Evolução Económica e Social, referentes ao ano de 2007.

A Assembleia Municipal dá o seu pleno acordo à análise efectuada pelo Conselho de Segurança e às propostas e sugestões apresentadas, designadamente, no âmbito da "Segurança e Criminalidade", destacando:

- As causas sociais que provocam e/ou contribuem para o aumento da criminalidade, são: desigualdade, injustiça, desemprego e a marginalidade, causas que se têm mantido, senão agravado.
- O consumo e o tráfico de drogas, o desemprego que embora tenha diminuído, conserva taxas elevadas e demais situações adversas para a segurança, leva os cidadãos a exigirem o reforço da acção policial o que não tem sido possível, face às carências humanas e materiais das Forças de Segurança, pese embora o esforço e empenho com que actuam quotidianamente;



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Confirma-se uma ligeira descida da criminalidade participada, mantendo-se no entanto o sentimento de insegurança expresso pela população, situação corroborada por informações das Forças de Segurança.
  - Em consideração da situação de segurança é proposto quanto a instalações e meios para as Forças de Segurança, as seguintes medidas:
    - O aumento significativo do número de efectivos policiais aproximando-os dos padrões estabelecidos (3 agentes por 1050 habitantes) com especial prioridade na Divisão de Almada da PSP, particularmente na Esquadra do Laranjeiro/Feijó e da mesma forma e com o mesmo grau de prioridade no Quartel da Charneca de Caparica e no Quartel da Costa de Caparica da GNR.
    - A construção prioritária do Novo Quartel da Costa de Caparica, da 2ª fase do Quartel da Charneca de Caparica, do Posto no ex-Pia - Monte de Caparica, da recuperação do posto da Trafaria e da Esquadra de Trânsito com atendimento policial público a instalar na antiga Esquadra de Polícia em Almada Velha.
- O Actual quartel da Costa de Caparica é impróprio para a missão cometida à GNR no seu funcionamento normal, agravado durante o período balnear (de Maio a Setembro) com a afluência nesse período de cerca de 10 milhões de pessoas.
- A ausência de instalações e efectivos fixos no Monte de Caparica, Freguesia de Caparica, agrava o sentimento de insegurança, numa freguesia populosa e pólo universitário.



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- Redimensionamento do parque automóvel de acordo com o dispositivo de segurança territorial e renovação das viaturas em final de vida com qualidade/cilindrada superiores às utilizadas pelas redes de delinquentes.
- Relativamente ao Serviço Municipal de Protecção Civil importa destacar que:
  - Implementou uma vez mais a Operação "Floresta Segura, Floresta Verde", operação de vigilância e prevenção de incêndios florestais no Concelho, contando este ano com o apoio e participação de voluntários, membros dos Clubes Todo o Terreno, do Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação do Concelho de Almada e Associação de Comandos de Almada, Delegação de Almada e Seixal.
  - Organizou e promoveu várias acções de formação práticas e teóricas para a comunidade escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Almada. Nestas acções de formação foram abordados temas como a organização interna de segurança nas escolas, a operacionalização e activação interna de segurança nas escolas, a operacionalização e activação do plano de emergência interno e evacuação e ainda a utilização dos equipamentos de combate a incêndios.
  - Em articulação com a Divisão de Educação da CMA, elaborou e entregou 11 planos de emergência e evacuação de escolas do ensino básico 1º Ciclo do Concelho de Almada.
  - Destaque ainda para as actividades das Associações e dos Corpos dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria que durante o ano de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

2007 prestaram os mais diversos serviços que no conjunto das três Corporações totalizam 84.102 intervenções, com 174.896 Bombeiros utilizados, 1.635.406 quilómetros percorridos pelas suas viaturas e utilizando 38.148 horas e 50 minutos.

- A Assembleia Municipal de Almada em apreciação dos Pareceres reforça a preocupação pelas insuficiências em recursos humanos e meios operacionais das polícias, e proclama a absoluta necessidade do policiamento de proximidade ou comunitário, reclama a construção das instalações para as Forças de Segurança inscritas no Orçamento de Estado assim como no PIA/Monte de Caparica, e manifesta apreço pelo empenho e desempenho dos profissionais no cumprimento das missões de segurança.
- A Assembleia Municipal de Almada manifesta reconhecimento à qualidade da acção do Serviço Municipal de Protecção Civil e enaltece a actividade das Associações Humanitárias e dos seus Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria.

#### 08- Sobre o Sentimento de Insegurança na Freguesia de Caparica e a Recusa da Construção do Posto Policial do PIA

A Freguesia de Caparica está dependente em termos de segurança do Posto da GNR na Trafaria a cerca de 10 km de áreas do PIA e ainda muito mais distante de outras áreas da Freguesia como são os casos dos Capuchos, Vila Nova ou o Funchalinho, a que acresce os quatro meses da época balnear em que percorrer meia dúzia de quilómetros demora 1 e 2 horas.



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

As populações sentem-se inseguras e manifestam-se contra a situação que consideram insustentável em que moradores e comerciantes são assaltados, vivem com ameaças constantes, além dos actos de vandalismo em equipamentos (parques infantis, zonas verdes, escolas, etc.).

Foram estes factos continuados que determinaram às Autarquias e os Cidadãos, desde a década de 90, encetarem procedimentos reivindicativos junto dos Governos para a construção de um Posto Policial na Freguesia de Caparica, mais propriamente na área dos Bairros Amarelo, Branco e Rosa, Bairros da Cooperativa "União dos Trabalhadores" e "Irmanadora" ou seja no interior do PIA.

Ao longo dos anos foram vários os Ministros e os Secretários de Estado da Administração Interna que consideraram a necessidade e prometeram a construção do Posto Policial do PIA/Monte de Caparica.

É neste contexto que em Novembro de 1997 é assumido publicamente o compromisso de construção do Posto Policial do PIA e determinada a sua localização no terreno.

Na verdade o compromisso é assumido na Caparica, precisamente no PIA, pelo então Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Engenheiro João Cravinho, na presença de inúmeros representantes de instituições, entidades e organizações para o efeito convidadas e testemunhado entusiasticamente pela população local que ocorreu a tão importante acontecimento para a sua qualidade de vida. O compromisso não foi só em declarações verbais pois foi assinado um protocolo pela então Secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Dr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho e o Secretário de Estado da Administração



## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Interna, Senhor Armando Vara, em que foi plasmada a cedência do terreno por um e a construção do posto policial por outro, com a indicação da sua entrada em funcionamento em 1999.

Entretanto os Governantes são substituídos, outros Governos são empossados, fazem-se novas reuniões das Autarquias com os novos Governantes lembrando o compromisso, as populações manifestam-se e reivindicam o Posto Policial, mas o compromisso do Governo PS continuava e continua a não ser cumprido.

Entretanto e ao longo de todos estes anos as autarquias quer através de Moções/Deliberações, quer através de reuniões com o Governo, assim como anualmente o Conselho Municipal de Segurança vem chamando a atenção e reivindicando a construção do Posto Policial do PIA/Caparica.

Os cidadãos protestam indignados porque foram enganados, porque não compreendem como é que em termos de segurança o que era necessário e bom para a PSP deixa de o ser para a GNR.

A culminar todo este processo está a posição do actual Secretário de Estado da Administração Interna que informa o Município que a instalação de um Posto na Freguesia de Caparica não consta da lista de prioridades plurianual em matéria de novas instalações da Guarda Nacional Republicana.

Pelo que a Assembleia Municipal deliberou:

- 1 - Manifestar o mais veemente protesto e indignação por continuar sem estar assegurado a construção do Posto Policial no PIA/Monte de Caparica.





## MUNICIPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 2 - Protestar pela falta grave do actual Governo de não cumprimento dos compromissos e protocolos assumidos e subscritos por Governos anteriores.
- 3 - Exigir a revisão da actual decisão do Ministério da Administração Interna por forma a ser feita a adjudicação da obra para que a construção do Posto da GNR no PIA se inicie ainda no ano de 2009.

#### 09 - Sobre as Opções dos Planos de Actividades, os Orçamentos e os Mapas de Pessoal do Município e dos SMAS para 2009

A Assembleia Municipal aprovou as Opções do Plano de Actividades do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2009, assim como os respectivos Orçamentos que apresentam um valor global de 140.543.028,25€ sendo 111.897.298,25€ relativos ao Orçamento Municipal e 28.645.730,00€ relativos ao Orçamento dos SMAS.

A Assembleia Municipal aprovou ainda os Mapas de Pessoal para 2009 que correspondem a 2.282 postos de trabalho, sendo 1720 da Câmara Municipal e 562 dos SMAS.

#### 10 - De Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal

A Assembleia Municipal aprovou a alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal no sentido de os conformar com a nova legislação em vigor, reafirmando a natureza da Associação como pessoa colectiva de direito público.

Almada, em 29 de Dezembro de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## **MUNICIPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

**(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)**